

Política



MENINGITE NA PAPUDA

STF diz que morto não era preso do 8/01

Corte dividiu nota oficial desmentindo boatos que circulam nas redes sociais



MEDINHO E FORÇAS

Lula reclama de ingerência e reabre tensão com o Congresso, onde estão pautas caras ao Planalto

ALICE CRATO, BRUNO GÖES, CAMILA TERTULIU RENAN, MONTEIRO E SÉRGIO BONO
para o Globo com as
anúncios

Aos dias do fim do recesso parlamentar, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva voltou a esticar a corda da relação com o Legislativo ao afirmar que, até o ano passado, era o Congresso que governava o país, numa referência ao controle do Orçamento. A declaração, dada ontem, ocorreu no mesmo dia em que o governo oficializou o corte de R\$ 5,6 bilhões nas chamadas emendas de comissão, decisão que irritou deputados e senadores, a quem caberia analisar temas caros ao Palácio do Planalto, como o veto a um calendário de liberação de emendas, novas regras para agrotóxicos e a obrigatoriedade de vistos a estrangeiros.

Em entrevista a uma rádio da Bahia, Lula disse, no entanto, que terá o "maior prazer" em explicar aos congressistas por que reduziu o montante de emendas de comissão previsto para 2024. A decisão, que atingiu 10% do valor total destinado aos parlamentares, foi publicada ontem no Diário Oficial da União. O presidente da República tem o poder de sancionar ou vetar medidas aprovadas pelo Legislativo. Na sequência, entretanto, o Congresso pode derrubar o veto do chefe do Executivo.

Segundo o petista, seu antecessor, o ex-presidente Jair Bolsonaro, não tinha "governança", e, por isso, delegava aos parlamentares a definição do destino dos recursos públicos. —Ele não tinha sequer capacidade de discutir o Orçamento, porque não queria ou porque não fazia parte da lógica dele. O que ele queria era que os deputados fizessem o que quisessem, e resolvemos estabelecer uma relação democrática com o Congresso Nacional. Se conversava todo dia, toda hora — afirmou Lula.

Líderes de partidos aliados e de oposição se reuniram ontem para discutir um novo veto ao governo e articular a derrubada da decisão de Lula sobre as emendas de comissão. Essa modalidade não tem o pagamento obrigatório, mas foi turbinada após o fim do orçamento secreto e passou a servir de moeda política para congressistas negociarem apoio às pautas do Executivo.

Após a canetada de Lula, segundo interlocutores do Planalto, o ministro da Casa Civil, Rui Costa, ligou para os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), com o objetivo de explicar a decisão.

Embora haja insatisfação, alguns parlamentares importantes do centrão entendem que é possível chegar a um acordo com o governo. Para o líder do União Brasil, Elmar Nascimento (BA), há espaço para diálogo.

—Lá atrás, o combinado era

de R\$ 11 bi (para emendas de comissão). Então, é preciso ver no detalhe por que o relatório alterou posteriormente e como será a questão, no detalhe, do valor — disse Elmar. Fora de Brasília, Lira avisou que pretende tratar do assunto na semana que vem. O deputado, porém, se queixou a aliados de que o governo tem descumprido acordos e, segundo ele, ainda há demandas de 2023 pendentes.

QUE ESTÃO EM JOGO

A articulação de Costa junto a Pacheco e Lira tem por objetivo evitar a conflagração do ambiente político na largada do segundo ano de mandato do petista, visto que há temas importantes para o governo que dependem do Parlamento. Um deles diz respeito ao fim do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse). Ele está previsto numa Medida Provisória publicada no fim do ano passado e que o Congresso agora avalia não apreciar. A mesma MP inclui a reorganização da folha de pagamento de 17 setores da economia, iniciativa que também contrariou uma decisão dos parlamentares.

Uma reunião com líderes da Câmara está marcada para a segunda-feira. A pauta deve incluir vetos de Lula. Um deles barrou a definição de um calendário para o governo liberar emendas parlamentares. O cronograma foi aprovado no fim do ano passado, na Lei de Diretrizes — Orçamentárias (LDO), mas barrada pelo presidente no dia 2 de janeiro.

Pela norma estabelecida no texto, o governo seria obrigado a empregar até dia 30 de junho todos os valores destinados por congressistas a seus reduções eleitorais por meio das chamadas emendas impositivas — cerca de R\$ 38 bilhões. O empenho é a primeira etapa do pagamento dos recursos, quando o dinheiro é reservado no Orçamento. Congressistas desejam irrigar os cofres de prefeituras aliadas com verba pública antes das campanhas eleitorais, que começam oficialmente em agosto.

O deputado José Guimarães (PT-CE), líder do governo na Câmara, acredita ser possível negociar uma saída que concilie os interesses do Executivo e dos parlamentares.

—Vamos dialogar com todo mundo. Tem tempo de sobra. O nosso processo na Câmara é de construção. É o que vamos fazer para preservar os interesses do Executivo e do Legislativo — afirmou ele.

A bancada ruralista também articula enterrar vetos ao projeto de lei que altera o processo de autorização para agrotóxicos no país. Lula não deixou passar o trecho que centralizava no Ministério da Agricultura a análise de riscos e alterações nos produtos já registrados, retirando poder da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e do Institu-



Queda de braço. Lula a disse ontem em entrevista que, no governo Bolsonaro, o Congresso governava, em referência ao controle sobre o Orçamento da União



EMBADES COM O LEGISLATIVO

Atos entre o governo e sua base

Emendas de comissão

No Orçamento deste ano, Lula vetou R\$ 5,6 bilhões das emendas de comissão, que, após o corte, ficaram com R\$ 11,3 bilhões.

Cargos na Funasa

O presidente arrastou há pelo menos seis meses a definição do comando da Funasa. Republicanos e PSD disputam o posto.

Declaração de Lula

Presidente disse ontem ao "Jornal da Bahia no Ar".

“Veti R\$ 5,6 bilhões e tenho o maior prazer de conversar com lideranças, de explicar por que foi vetado. No entanto, as emendas, é importante você lembrar que o ex-presidente não tinha governança nesse país. Quem governava era o Congresso Nacional”

“Negociar com a Câmara é sempre um prazer, é sempre difícil”

“Obviamente que derrubaram o veto (ao marco temporal), é só ver qual é a maioria no Congresso Nacional e sabia que ia derrubar, mas vetei por uma questão evidentemente política. Era preciso que a sociedade, a humanidade, soubesse que eu vetei o marco temporal que eles aprovaram”

Reação

O Congresso articula a derrubada de vetos de Lula

P dos Agrotóxicos

O presidente vetou, no projeto sobre agrotóxicos, a centralização no Ministério da Agricultura da rambagem de riscos e alterações nos produtos já registrados, excluindo a Anvisa e o Ibama.

Desoneração da folha

O Congresso pressionou o governo a enviar uma nova MP retirando a que foi vetada no fim do ano passado que previa a renovação gratuita, a partir de abril, da folha de pagamento de 17 setores inteiros ou em parte de obra.

Vistos

Em 18 de dezembro, a Câmara aprovou urgência para analisar um projeto que reformula a dispensa de visto para cidadãos dos EUA, Canadá e Austrália entrarem no país. O início da cobrança foi adiado pelo governo para abril.

Disputa entre aliados

Na volta do recesso Lula terá de escolher a quem entregará a Fundação Nacional de Saúde (Funasa), órgão que havia sido extinto no início do ano, mas foi recriado pelos parlamentares. A indefinição se arrasta há pelo menos seis meses, e a estratégia adotada pelo presidente até aqui tem sido a de postergar a decisão.

Disputa entre aliados

Dois partidos da base do Planalto brigam pelo comando da fundação. Integrantes do Republicanos dizem ter sido comunicados que a legenda ficaria com o cargo. Já o PSD argumenta que essa foi uma demanda ainda da época da transição de governo.

EXATidão 10.001